



# O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO AFRICANA SOB O OLHAR DA *CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO*. ÁFRICA, BRASIL E PORTUGAL: COLONIALISMOS E COLONIALIDADES INTERNAS

**EDNA MARIA DOS SANTOS\* E JACQUELINE VENTAPANE FREITAS\***

O papel do intelectual, de modo geral, é o de elucidar a disputa, desafiar e derrotar tanto o silêncio imposto, quanto o silêncio conformado do poder invisível em todo o lugar e momento que seja possível.

Edward Said

ORIENTALISMO, O ORIENTE COMO INVENÇÃO DO OCIDENTE

Por que começar com Edward Said? Grande parte de sua obra foi escrita para falar sobre liberdade, autodeterminação e a importância do respeito às diferenças. Foi crítico feroz do imperialismo que só legitima um discurso cultural monológico. Sempre mostrou que a História tem que se interrogar sobre os destinos dos oprimidos. Said, Franz Fanon, Pierre Bourdieu, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, entre outros, são homens que, ao longo de suas vidas, lutaram contra preconceitos, estereótipos sociais, fome, misérias econômicas e sociais e armaram seus discursos a favor da tolerância, da paz, da busca de melhores condições de desenvolvimento para os povos e culturas massacradas pela exploração do capital e por suas elites que querem tomar para si toda a riqueza e poder. No mundo contemporâneo, harmonizar sistemas sociais com políticas públicas convincentes e afirmar identidades no cenário político internacional são objetivos fundamentais relacionados à educação e à formação. Queiramos ou não, o próprio capitalismo está sofrendo mudanças profundas no aparelho do Estado e nas relações capital/trabalho. Noções de globalização, Estado-mínimo, reestruturação produtiva, qualidade total, empregabilidade, não são

simplesmente metáforas de um Tempo Novo, mas são formas concretas do neoliberalismo e das reformas pós-1990.

Religar laços e enlaces entre Brasil, África e Portugal é, em primeiro lugar, falar do Colonialismo que “inventou” um Brasil e uma sociedade idílica, em estado de natureza, “onde em se plantando” tudo daria, uma possível “terra sem males” que serviria, adequadamente, aos interesses mercantilistas ibéricos do século XVI. Ou uma África, na segunda metade do século XIX, principalmente, dentro do binômio Capitalismo Industrial/Razão Científica e seus interesses em “inventar um continente homogêneo”, cuja região subsaariana, especialmente, não tinha cultura, estava em estado de natureza selvagem, e era classificada por Charles Linné como inferior e sem características humanas. Portugal, tanto em relação ao Brasil, quanto à África, de formas diferenciadas, esteve presente, desde o século XV até o século XX, através do imaginário do “grande império”.

Na segunda metade do século XIX, as enormes transformações por que passaram o processo industrial e o próprio capitalismo alteraram bastante a relação dos países capitalistas centrais e os

periféricos. Foi criado um mercado global de grandes proporções. O preço da expansão foi alto para as sociedades africanas. A redivisão do território redimensionou as relações entre diversas etnias, povos, culturas. A ferramenta da ocupação edificou um espaço territorial artificializado por fronteiras, instituições e uma crescente simbologia do dominador. Alguns com políticas de assimilação, outros com mecanismos de evidente exclusão e exploração. Segundo a historiadora Maria Yeda Linhares, “foram os portugueses e não os ingleses os introdutores do governo indireto pela destribalização e subsequente reordenação do sistema tribal sob chefias locais convenientes. Por esse meio, as tribos passariam a constituir uma peça fundamental na colonização.”<sup>1</sup>

No entanto, os sistemas de colonização não são formas de mão única. Inúmeras foram as formas de resistências adotadas por diferentes grupos e sociedades que viveram sob a dominação colonial e que irão desembocar tanto nas lutas pela independência do Brasil, no século XIX, quanto nas lutas das colônias africanas, em sua maioria, conseguidas por revoluções na segunda metade do século XX. A dicotomia tradição e modernidade, entendida como as estruturas das principais sociedades ocidentais, é marcadamente uma característica que persiste nas sociedades que se configuram no contexto do colonialismo europeu, da segunda metade do século XIX. A artificialidade das fronteiras e dos povos desterritorializados e reterritorializados em vários momentos, não poderia produzir movimentos diferentes. A característica multicultural produziu um estado multinacional. Pensar o Estado Moderno sob as bases de uma profunda diversidade cultural que se manifesta em diferentes línguas, costumes, tradições, implica em buscar uma saída que não seja a da incorporação forçada. Se o projeto de Estado em países africanos, como Angola, por exemplo, é permeado pela necessidade de sua inserção no universo jurídico-político, como pensar instituições liberais-democráticas num contexto de pluralidades, de interesses e tradições que, muitas vezes, não

guardam nenhuma relação com o todo?

Penetrando nas amplas teias culturais que configuram a angolanidade, pensamos que a identidade é tragada pela diferença e cada um de nós deve ser apenas uma diferença entre outras. Podemos dizer que um dos pontos-chaves do multiculturalismo é a questão da diferença. Ela é, antes de tudo, uma realidade concreta, um processo humano e social que os seres humanos empregam em suas práticas cotidianas e encontra-se inserida no processo histórico. O multiculturalismo também nos lança problemáticas como a do lugar e dos direitos das minorias, o problema da identidade e de seu reconhecimento. Estas questões se interligam, sem se sobreporem e apresentam reivindicações das minorias defendendo direitos políticos e sociais dentro de um Estado Nacional, como é a abordagem de Will Kymlicka que traça uma linha divisória entre minorias nacionais e grupos étnicos. As minorias nacionais como, por exemplo, os catalães na Espanha, onde o autor defende, para elas, uma ampla autonomia política-administrativa podendo chegar até a autodeterminação. Para os grupos étnicos, resultado de processos de imigração e com comunidades mais ou menos homogêneas, com base em critérios geográficos, étnicos ou religiosos, ele reconhece apenas um direito cultural e identitário.

Além disso, o multiculturalismo pode privilegiar sua dimensão especificamente cultural. Concentra sua atenção em reivindicações de grupos que não têm, necessariamente, uma base objetiva étnica, política ou nacional. São mais movimentos sociais estruturados em torno de um sistema de valores comuns, de um estilo de vida homogêneo, de um sentimento de identidade ou pertença coletivo. A escola é, por exemplo, um dos lugares culturais consagrados para inserções no todo nacional. É graças a ela que o indivíduo pode transcender seus laços familiares, étnicos ou consuetudinários e criar um sentimento de pertencer à nação.

Igualdade versus diferença está no cerne das discussões multiculturais. A igualdade alimenta a utopia universalista. Os defensores da diferença

objetam que a igualdade, assim como universalismo, nada mais são que um grande equívoco. Aliás, são exatamente a igualdade formal e um acesso mais universalizado ao espaço público que estão, em parte, ligados a origem dos atuais conflitos multiculturais.

No período colonial africano, violências e resistências foram o painel de anos de exploração de riquezas, de produção de determinados discursos de verdades que, ainda hoje, provocam muitos imaginários e classificam a África como um Reino da pobreza; a-histórica, sem culturas, instalada num corpo periférico não como poder régio, mas como súdito, seja de Portugal ou das modernas economias globalizadas do mundo contemporâneo. As preocupações multiculturais nos apontam que é preciso estudar o poder fora do modelo do Leviatã, do campo delimitado da soberania jurídica do Estado Nacional. É preciso analisar, também, as técnicas e táticas de dominação que transitam no seio da própria sociedade. Segundo José Octávio Van-Dunem, na própria luta anti-colonial “talvez a ausência de uma formação social ampla de síntese esteja relacionada com os principais acontecimentos da história recente de uma Angola com a formação de vários movimentos de libertação e os conflitos entre eles que resultaram na longa guerra civil”.<sup>2</sup>

No Continente Africano, nem sempre ajudas internacionais resolvem os problemas dos países. Na década de 1980, a África subsaariana recebeu cerca de 83 milhões de dólares. No mesmo período, o padrão de vida caiu de cerca de 1,2 por cento ao ano. Muitas vezes as doações são aproveitadas por governos ditatoriais que as usam para guerras, compra de votos e não investem em programas sociais e educacionais. Capitalismo não é feito somente com dinheiro, mas com investimentos no capital humano.

Discutir as relações entre Estado e Sociedade é de fundamental importância no mundo africano. Como muitos destes países, mesmo depois de descolonizados politicamente, passaram por muitos anos de guerras civis, muitos problemas se apresentam até hoje. A guerra em Angola, por exemplo, que teve mais de trinta anos, segundo dados

do Banco Mundial de 2001, acarretou para os angolanos o despojamento de seus direitos fundamentais como alimentação, educação e saúde. Os desafios da pacificação a partir de 2002, deixaram em aberto a necessidade da criação de programas sociais, de investimentos na formação de quadros político-administrativos e acadêmicos, de valorização de políticas públicas que se preocupem com o redimensionamento dos direitos políticos e sociais e, principalmente, que reflita sobre a qualidade de vida nas cidades.

O debate sobre cidadania é pertinente para todo o mundo e, sem dúvida, para o continente africano. Cidadania, liberdade de expressão e respeito às diferenças são ferramentas importantes para uma melhor relação entre Sociedade e Estado. A cidadania se constrói com informação, com educação, com oferta de trabalho digna, com respeito aos direitos humanos, com participação política. Criada na Argentina, em 1974, a revista **Cadernos do Terceiro Mundo** tem uma história que se confunde com a história das lutas sociais da América Latina, África, Ásia, Oriente Médio. Acompanhar as publicações da revista **Cadernos do Terceiro Mundo** é vivenciar um mundo de rupturas, violência, desigualdades econômicas e sociais pelas quais passaram, e passam, todas aquelas regiões que serviram como espaço para exploração dos países capitalistas. Muitos dos conflitos que acredita-se que tenham raízes internas, na verdade são fruto da cobiça internacional, que acabou gerando, inclusive, uma certa tolerância das grandes potências, por exemplo, com o colonialismo português na África. Condenado por sua política colonial, Portugal fez com que suas colônias se tornassem uma área de especial interesse para o capital internacional, por conta de sua própria debilidade econômica, abrindo seus domínios para que companhias estrangeiras investissem na produção e na infraestrutura. E é mais fácil explorar o petróleo, o diamante, o urânio, ou qualquer outra coisa, dentro de um contexto de luta e de fragilidade política.

Resultado da inquietação sobre *como* e *quais* notícias chegavam à população, numa América

Latina, incluindo o Brasil da ditadura militar, “onde o campo informativo era ainda mais restrito e as notícias mais deturpadas”<sup>3</sup>, Neiva Moreira, Pablo Piacentini, Beatriz Bissio e Júlia Constenla fundaram a revista, que teria um caráter independente, buscando informar sobre as lutas contra um imperialismo cada vez mais faminto e violento, contra a opressão política e econômica, e as alternativas existentes, mesmo que com suas fragilidades.

Já em Argel<sup>4</sup> havia conversado com jornalistas africanos, árabes e asiáticos sobre essa situação. Discutimos, fundamentalmente, a nossa apatia — dos profissionais da comunicação — frente ao desafio de articular meios para oferecer aos nossos povos uma informação alternativa que fosse verdadeira e confiável. Lançamos *Terceiro Mundo* em setembro de 1974, em Buenos Aires. Dirigentes operários, embaixadores, intelectuais, jornalistas, políticos, deram seu apoio àquela aventura quixotesca de um pequeno grupo de jornalistas que pretendia enfrentar, com uma publicação alternativa, o poder das multinacionais da comunicação.

(...)

Nosso objetivo, além da luta comum que nos irmana com esses países, é estabelecer entre nós, de um lado e outro do Atlântico, novos vínculos de unidade. Naturalmente que não é a unidade colonial nem a neo-colonial, mas aquela que resulta do conhecimento mútuo, da defesa dos valores culturais comuns, mas, sobretudo, da identidade de aspirações e dos propósitos dos nossos povos de transformar sociedades herdadas ou ainda dominadas pelo sistema capitalista.

(...)

É importante assinalar o caráter totalmente independente de nosso projeto editorial. Não estamos submetidos a governos, partidos, grupos ou entidades nacionais ou internacionais. Nossos aliados são aqueles que lutam pela emancipação dos povos, por uma sociedade sem opressores e que enfrentam e resistem ao imperialismo, cuja vanguarda operacional, as empresas multinacionais, são bem conhecidas não só no Brasil, como em todo o Terceiro Mundo. Nossos adversários, estejam em qualquer partido, grupo ou associação, seja qual for a sua cor, condição social ou religião, são os que servem a esse sistema e, portanto, se opõem ao desenvolvimento independente a que aspiramos e a uma transformação das estruturas injustas que o capitalismo criou e agora explora.<sup>5</sup>

Fundada em Buenos Aires, publicada em espanhol, com dificuldades para se estabelecer no Brasil, com o golpe de estado na Argentina, seus fundadores se vêem obrigados a deixar o país. Passam, então, a publicar a *Cadernos* no México, a partir de 1976, onde dividiam seu escritório com Theotônio dos Santos e Betinho e de onde partiram para viagens na África e Oriente Médio. Já antes, em 1975, seus jornalistas foram acompanhar o processo de independência de Angola e Moçambique. Nas próprias palavras da jornalista Beatriz Bissio, fundadora e diretora da revista, essa cobertura foi um momento difícil, “Vivenciamos uma situação dramática com Luanda sitiada pelos exércitos da África do Sul e do Zaire. Chegou um momento em que no hotel não tínhamos luz, água e a comida era escassa. De lá ouvíamos a artilharia.”<sup>6</sup>

Nos mesmos anos em que foi criada a revista ***Cadernos do Terceiro Mundo***, anos esses tumultuados no Brasil, na América Latina, África e em muitas partes do mundo, ditaduras por aqui, as últimas guerras de libertação africana, crise do petróleo, Watergate, Vietnã, aqui surgiam movimentos buscando conhecer uma realidade só apresentada na sua miséria, na escravidão, na visão do colonizador, pela mídia em geral. Havia pouca informação sobre o continente e, quando a tinha, era transmitida de uma maneira estereotipada. Assim, era preciso estimular a realização de pesquisas e discussões sobre a questão racial no Brasil e a busca de informações sobre a África, em iniciativas nas diferentes regiões do país. Não há dúvida de que a busca de uma África livre dos estereótipos dos animais selvagens e da miséria foi importante para a consolidação dos movimentos negros a partir dos anos 1970, no Brasil, além de fundamental para fazer frente ao eurocentrismo impregnado nas concepções de mundo das sociedades ocidentais, ainda que não houvesse uma visão unânime positiva sobre a “Mãe África”.

A circulação da ***Cadernos do Terceiro Mundo***, nesse ambiente mundial conturbado, se confrontava com duas questões conflituosas. Fundada no período

ditatorial brasileiro, fora do território nacional, por jornalistas exilados, portanto, com sua penetração no país cerceada pela censura do regime, ao mesmo tempo, publicava as notícias das lutas de libertação e reconstrução dos países africanos, que foram reconhecidas pelo governo militar do general Ernesto Geisel sem restrições. Mas, qual tipo de informação era passada para o público brasileiro pela imprensa que aqui estava, dentro de um regime de censura? Como era noticiada a vitória do MPLA, apoiada pela então União Soviética e por Cuba, inimigos ferrenhos da ideologia militar autoritária? No dia 11 de novembro de 1975, data acordada entre Portugal e os movimentos de libertação angolanos, foi declarada a independência de Angola, e o Brasil, então sob a presidência do general Ernesto Geisel, reconhecia o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), como dito, facção apoiada pela União Soviética e por Cuba, dentro das alterações nas diretrizes da política externa brasileira propostas pelo presidente Geisel, em que, no bojo do chamado *Pragmatismo Responsável e Ecumênico*, se destacava uma política de aproximação com a África e, portanto, de apoio ao processo de descolonização em curso no continente. E foram nesses anos em que a revista teve seus momentos áureos, já que, depois da independência, com uma população 99% analfabeta, era ela uma fonte de informação confiável, com uma venda mensal de 30 mil exemplares, entre os fim dos anos 70 e meados dos anos 80. Folhear as páginas da **Cadernos** era se deparar com anúncios de empresas angolanas as mais diversas.

Milton Santos destacava o papel da informação na sociedade globalizada, gerida de forma manipulada, onde a mídia é uma parte importante da estratégia dos grandes conglomerados de negócios e criadora dos mitos e símbolos, base de um efeito, na verdade perverso, do fenômeno global. Em um tempo de notícias encobertas, informações sonegadas, a revista **Cadernos do Terceiro Mundo** permitiu que a história das lutas contemporâneas do continente africano chegasse até um público também em luta pela sua liberdade, dentro

de uma ditadura militar travestida de legítima e democrática no seu discurso, mas que investiu, ainda mais, na segregação econômica e social. Muitos dos estudantes, intelectuais e ativistas dos movimentos sociais tinham contato com a revista, que tinha uma distribuição, inclusive, nos países africanos, em Portugal, Estados Unidos e tantos outros.

O continente africano não pode ser mais “falado pela mídia” como o continente do trágico, da fome, da SIDA, das sociedades tribais em conflitos. O desenvolvimento de muitos países, não só no campo econômico, mas em outras áreas, está presente no mundo atual. África do Sul, Angola, Cabo Verde, Nigéria, Moçambique, sem falar no Egito, Marrocos, Líbia e tantos outros, são países que, como qualquer outro europeu ou americano, convivem, ao mesmo tempo, com sucessos e problemas. Acreditamos que uma nova geopolítica deva ser organizada por determinadas regiões do mundo que foram exploradas por um colonialismo predador que estimulou preconceitos e estereótipos sociais, além de ter explorado matérias-primas e mão-de-obra. Ele enfrentou e enfrenta grandes questões internas com ressonâncias externas. Muitos de seus países devido, principalmente, a existência de muitos recursos minerais e da geopolítica de sua especialização, têm atraído o interesse de diversas potências estrangeiras. Os “media” que “contam” suas histórias, depois as fazem esquecer. Quem não se lembra de “Biafra”, de “Ruanda”, do “apartheid da África do Sul”, hoje envolvida em xenofobismos contra imigrantes moçambicanos, da Somália, do Quênia e outras tantas histórias. Petróleo, diamantes, tráfico de armas hoje, mais do que nunca, são moedas de troca e de poder num universo onde a relação entre tradição e modernidade vai se deteriorando cada vez mais em prol da inserção dos países africanos neste mundo globalizado de consumo. De um modo geral, esta mídia trabalha com simplificações, o que normalmente acontece na cobertura das agências de notícias, quase sempre européias ou norte-americanas, que repassam as informações tanto aos jornais quanto a TV. Uma simplificação que tem mais a conotação

de descontextualizar aquela história, plasmando toda uma diversidade em um único estereótipo de atraso. Sem dúvida a mídia, atualmente, elege regiões de suas preferências para emblemar o continente somente com imagens de atraso, e por um curto período de tempo nos noticiários.

Como fortalecer instituições que possam regular a participação direta dos africanos num exercício de cidadania plena, ao mesmo tempo em que o Estado possa continuar a ser o mediador efetivo, principalmente na edificação de políticas públicas em áreas sociais, para alavancar o desenvolvimento sustentável dos países africanos, respeitando culturas, etnias, línguas e práticas locais? Este é um desafio complexo mas necessário. A educação para uma cidadania ativa requer grandes investimentos não só financeiros, mas, também, no capital humano. Todos os agentes educacionais, públicos e privados, devem participar.

Instituições governamentais, organismos da sociedade civil, devem ajudar na criação de condições para a inclusão, senão de todos, mas da maioria dos povos africanos. Acima de todas as diversidades existentes neste continente, pois muitas são as Áfricas, todo o restante do mundo tem muito a aprender com suas culturas milenares, sua produção artística, a variedade de seus ecossistemas, pois como dizia o historiador Ki-zerbo, “é na África que a humanidade começou”.

Fechamos esta exposição com a entrevista de Samora Machel, publicada na primeira edição brasileira da revista **Cadernos do Terceiro Mundo**, em junho de 1980, que deu uma visão clara da criação do estereótipo do africano como exótico, atrasado, primitivo, e de como ele quer e deve ser visto,

A questão essencial quanto à ofensiva desencadeada a que ela é uma parte integrante da luta contra o sistema deixado pelo colonialismo em Moçambique. É uma parte

da luta. É a continuação da luta armada de libertação nacional. Primeiro era a luta contra o colonialismo fisicamente instalado ao nível econômico, ao nível político, ao nível cultural, ao nível administrativo e ao nível das mentalidades. A nossa ofensiva não é contra indivíduos. Ela também não é para corrigir o nosso sistema, que nós escolhemos como via de desenvolvimento do povo moçambicano e da construção da pátria moçambicana. A nossa ofensiva é contra a estrutura deixada pelo colonialismo, é contra a mentalidade e métodos de trabalho ainda existentes. Em fevereiro de 1976 nós declaramos guerra contra o aparelho colonial. Nós falamos da desestruturação colonial e nós somos claros em relação a estas coisas.

(...)

Sociedade socialista significa o bem-estar de todos.(...) Mas os nossos amigos do Ocidente dizem que se nós andarmos bem vestidos, se nós fizermos a barba, se nós tivermos uma casa condigna, perderemos as características africanas. Sabem quais são as características africanas: Usar pele, tanga, capulana atravessada, um pau na mão atrás na mão atrás do rebanho, ser magrinho com costelas para contar uma a uma, ferida nos pés, nas pernas, com uma folha de cajueiro a tapar a ferida que vai gotejando, matacanha nos pés – este é o africano. Para eles são as características dos africanos. Então, quando os turistas vêm aqui, procuram este africano vestido desta maneira. Porque este é o “real africano”. Agora encontram-nos vestidos de balalaica, calçados – já não é africano. Não tiram fotografia. Para eles é preciso que a África não tenha barragens, pontes, estradas, fábricas de tecidos para confeccionar roupa para os homens e senhoras, roupa para as crianças. Fábrica de calçado de luxo? – Não, o africano não merece isso. Ter uma casa com piscina, um hotel de luxo? Não, já não é para africanos.<sup>7</sup>

## NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\* Coordenadoras do Projeto *Resgate da História Contemporânea. Tratamento Técnico do Acervo da Revista Cadernos do*

*Terceiro Mundo.*

- <sup>1</sup> LINHARES, M. Y. L. *História Geral do Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1996.
- <sup>2</sup> VAN-DÚNEM, José Octávio. S/ título. Texto mimeo.
- <sup>3</sup> Neiva Moreira, *Uma pequena aventura na História*. CD-ROM Cadernos do Terceiro Mundo.
- <sup>4</sup> Neiva Moreira participou como correspondente na Conferência dos Países Não-alinhados, realizada em Argel, no ano de 1973.
- <sup>5</sup> Neiva Moreira, op. cit.
- <sup>6</sup> Entrevista concedida às autoras.
- <sup>7</sup> SANTOS, E. M dos, FREITAS, J.V, OLIVEIRA, P.A. CD-ROM Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, LPPE-UERJ, 2008.

---

Acervo da Revista *Cadernos do Terceiro Mundo*.

VAN-DÚNEM, J.O. S/ título. Texto mimeo.

FRIGOTTO, G. *Educação e Crise do Capitalismo real*. São Paulo, Cortez, 1995.

LINHARES, M. Y. L. *História Geral do Brasil*. 7 ed. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1996.

MÉSZAROS, I. *Para além do capital*. São Paulo, Campinas, UNICAMP, 2002.

SANTOS, E. M. dos *et. alii*. *Livro dos CIEPs*. Imprensa Nacional, 1986.

SANTOS, E. M. dos. *Memória, Representações e Relações Interculturais*. Rio de Janeiro, Intercon-UERJ, 1998.

SANTOS, E. M dos, FREITAS, J.V, OLIVEIRA, P.A. CD-ROM *Cadernos do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro, LPPE-UERJ, 2008.